

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA: UMA PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA E SEU PAPEL NA ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO ESTATÍSTICO

Natalia Gil¹

RESUMO

A partir do exame de cem números da Revista Brasileira de Estatística, do IBGE, publicados entre 1940 e 1964 o presente texto propõe-se a interpretar a configuração interna do periódico ressaltando seu papel na estruturação do campo estatístico brasileiro. Elementos como a organização das seções e a recorrência dos temas permitem, nesse sentido, identificar quais as questões relevantes para a área naquele momento, ao mesmo tempo em que evidenciam um esforço na construção de uma determinada imagem da estatística brasileira junto a seus contemporâneos. Dentre os assuntos discutidos na Revista, destaca-se aqui a questão da formação do estatístico como um dos casos de tensão em torno da afirmação da autonomia do campo.

Palavras-chave: Revista Brasileira de Estatística – IBGE – história da estatística – formação de estatísticos – imprensa periódica

BRAZILIAN MAGAZINE FOR STATISTICS: A SPECIALIZED PUBLICATION AND ITS ROLE IN THE CONSTRUCTION OF THE FRAMEWORK OF THE FIELD OF STATISTICS

From the examination of one hundred editions of the Revista Brasileira de Estatística (Brazilian Magazine for Statistics), by IBGE, published between 1940 and 1964, the present text analyses and interprets the internal pattern of the periodical underlining its play in the construction of the framework structuration of the Brazilian field of statistics. Items such as organization of the sections and the recurrence of themes allow us, in this sense, to identify which are the relevant questions for the subject during that period and, at the same time, show us the effort made for the construction of a specific image of Brazilian statistics to the people from that period. Among the subjects discussed in the magazine, it is highlighted here the question of the formation of statisticians as one of the points of tension in the affirmation of the autonomy of the field.

Kew-words: Brazilian Magazine for Statistics; Brazilian Institute of Geography and Statistics; History of statistics; Formation of statisticians; periodical press.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da USP. E-mail: natalia.gil@uol.com.br

INTRODUÇÃO

A partir de 1940, o Brasil passou a contar com uma publicação periódica especializada em estatística cuja proposta era divulgar informações de interesse nessa área e contribuir para o aperfeiçoamento dos profissionais a ela dedicados. A publicação em questão é a *Revista Brasileira de Estatística* criada naquele ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e cuja estrutura interna foi objeto da análise que aqui se apresenta. Figuram na Revista investigada tanto artigos acerca das técnicas de cálculo quanto aqueles referentes às opiniões de profissionais da área no que se refere à importância das estatísticas, ao modo como estas são produzidas, aos estudos demográficos, entre outros. A partir do exame dos 100 números publicados entre 1940 e 1964², pretendeu-se acompanhar como as preocupações com a organização do campo estatístico figuraram no periódico em suas primeiras décadas de circulação. No entanto, para além de constituir uma fonte de informação acerca dos movimentos deste campo, pôde-se identificar ainda o papel ativo que a Revista assumiu nesse processo. O que se pretende destacar no presente artigo é a evidência de que a publicação foi um espaço privilegiado, não apenas de divulgação, mas também de tomada de posição no campo estatístico. Foi possível perceber, pela análise empreendida, que a organização interna do periódico colaborou no estabelecimento e difusão da imagem da estatística como uma área em franco progresso, de grande utilidade para o desenvolvimento do país e cujos trabalhos, científicos, gozavam de ampla legitimidade. Dentre as questões presentes no periódico, interessa destacar, em especial, o tema da formação do estatístico brasileiro, cujos debates procurou-se aqui recuperar e que reforçam a hipótese de que se tratava de um momento de importantes definições no processo de estruturação do campo estatístico no Brasil.

A REVISTA E O CAMPO

Investigar a *Revista Brasileira de Estatística* pressupõe assumir a imprensa periódica especializada como uma fonte rica de materiais acerca dos conhecimentos produzidos por profissionais e destinados a seus pares, tendo por principal escopo a divulgação de informações e a contribuição nos processos de formação e aperfeiçoamento dos integrantes da área. A partir do estudo dos periódicos, é possível recuperar práticas e saberes ligados à atividade profissional, apreendendo a multiplicidade de concepções e atuações numa perspectiva interna ao campo que se está considerando. Nesse caso, a aproximação ao momento estudado se dá por

² A Revista continua a ser publicada até hoje, porém para fins da análise que aqui se apresenta escolheu-se trabalhar apenas com seus primeiros 100 números.

intermédio dos discursos emitidos na época, não se restringindo a análise às sistematizações posteriores. O estudo das revistas especializadas permite contemplar não somente os grandes fatos como também a pluralidade de opiniões e considerações dos profissionais envolvidos em dada situação. Tais materiais assumem, assim, a característica de explicitar as diversas reações dos sujeitos frente à realidade vivida, às idéias veiculadas, às determinações legais, às situações políticas.

Como fonte de pesquisa, os periódicos possibilitam diferentes linhas de investigação. Cynthia Pereira de Sousa e Denice Barbara Catani (1994, p.178), referindo-se às revistas de ensino, indicam duas diretrizes principais para os trabalhos acerca da imprensa periódica educacional: “de um lado, o estabelecimento de repertórios destinados a informar sobre o conteúdo dos periódicos, classificando-os, organizando seu índice temático e registrando seu ciclo de vida”; a partir disto, uma outra diretriz se configura, abrindo espaço para “o estudo dos próprios periódicos” o que “permite situar movimentos de grupos de professores, mapear diferentes atuações, detectar disputas e, assim, explicitar em parte o funcionamento do campo educacional”. Embora se refiram originalmente ao campo educacional, assume-se aqui que tais considerações podem ser estendidas a outros espaços disciplinares. A análise aqui apresentada alinha-se, assim, à perspectiva de estudo dos periódicos que os toma como objeto de investigação histórica cujo intuito é acompanhar os debates e as disputas que se encontram numa área específica num dado momento.

Se por um lado os periódicos permitem recuperar, pela análise diacrônica, as questões relevantes num determinado período, ou seja, se servem de fonte para a história de uma disciplina, de uma instituição, de uma categoria profissional, é preciso lembrar que registrar para a posteridade debates e iniciativas não é o único objetivo, e nem mesmo o principal, desse tipo de publicação. Os periódicos cumprem com funções – algumas bem objetivas e declaradas, outras menos evidentes – contemporâneas ao momento em que são postos a circular. Nesse sentido, torna-se fundamental considerá-los, numa perspectiva de análise sociológica, como instância de tomada de posição. Tal consideração remete à noção de campo, formulada por Pierre Bourdieu, o que permite situar o periódico num espaço relacional de disputas por capitais específicos (como prestígio e poder de decisão, por exemplo) e, conseqüentemente, por posições favoráveis no campo. Para esse autor o campo é um universo social que obedece a leis mais ou menos específicas e no qual estão distribuídos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem o conjunto de saberes e de regras do campo em questão. Bourdieu afirma que

a noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias [...] que jamais escapa às imposições do macrocosmo, [mas] dispõe, com relação a este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (Bourdieu, 2004, p.21).

Arena de um jogo em torno das relações de força e das disputas por objetos específicos, o campo constitui-se num dinâmico universo posicional. O autor distingue, nesse sentido, as posições, que são objetivamente definidas em relação às demais posições, das tomadas de posição, que são as escolhas, as ações, as obras dos agentes posicionados no campo. As diferentes posições correspondem tomadas de posição homólogas o que define um espaço de possíveis, ou dito de outro modo, significa que as tomadas de posição não estão em igual medida ao alcance de qualquer agente. Bourdieu ressalta que

o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos, etc., é a *estrutura das relações objetivas* entre os diferentes agentes que são [...] os princípios do campo. É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem ou não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (Bourdieu, 2004, p.23, grifo original).

O periódico do IBGE, como veículo de divulgação de idéias, constituía, portanto, uma instância de tomada de posição que não estava evidentemente disponível a todos os agentes do campo.

Sendo assim, a Revista Brasileira de Estatística, atendendo a uma dupla perspectiva de estudo, é assumida aqui como fonte de informações para a história das estatísticas brasileiras entre 1940 e 1964, mas também é analisada como um dos elementos de constituição dessa área disciplinar. Nesse sentido, está presente a consideração da dimensão de estratégia editorial que a Revista põe em funcionamento. É evidente que, para além da intenção declarada de fazer circular novos conhecimentos especializados da área estatística, há outras funções incorporadas pela publicação. Através de recursos próprios a impressos desse tipo, a Revista estabelecia pela disposição interna dos assuntos, pelos temas tratados com recorrência, pelo espaço dedicado a cada questão e/ou autor, pela divisão da publicação em seções, hierarquias de prestígio e visibilidade. É esse o foco de análise assumido no presente texto.

A relevância desse periódico no conjunto de materiais editados pelo IBGE é percebida tanto pela regularidade com que essa Revista³ foi publicada no período investigado, como, também, pela prontidão com que foi criada. Parece ser relevante, para melhor explicitar este aspecto, retomar brevemente as circunstâncias de criação do próprio IBGE. Em 1930, levado ao poder pelo movimento que se convencionou chamar de “Revolução de 30”, Getúlio Vargas assume a presidência da República. A forte centralização de poder na instância federal destaca-se como uma das

³ Convém acrescentar que a Revista Brasileira de Estatística tem inicialmente periodicidade trimestral. Em janeiro de 1957 a publicação passa a ser semestral.

características marcantes na condução das questões políticas. Assim, nesse período assiste-se à criação de diversos órgãos associados à União – entre os quais o IBGE – que tinham por atribuição normatizar e controlar as ações nos diferentes estados brasileiros a partir de diretrizes fixadas por uma instância central de decisão. Logo no primeiro ano da nova República havia sido criado o Departamento Nacional de Estatística que foi desmembrado já em 1934 quando da criação do Instituto Nacional de Estatística. A preocupação naquele momento não se restringia à realização dos recenseamentos populacionais ou trabalhos estatísticos sobre temas específicos. Antes, pensava-se em organizar um sistema nacional de estatística que desse conta de coordenar esforços e definir responsabilidades com o intuito de pôr termo à instabilidade na qual, até então, tinham estado as iniciativas nesse âmbito. Em 1937 foi criado o Conselho Brasileiro de Geografia. Em 1938, através do Decreto-Lei nº 218, integraram-se o Instituto Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia em um único órgão denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse modo,

passou o país a contar com a organização eficiente, constituída de tríplex sistema de serviços – geográficos, estatísticos e censitários -, que lhe facultaria a execução regular das investigações que se fizessem necessárias ao exato conhecimento do território e das atividades nacionais, assegurada, em benefício dos objetivos comuns, a coordenação dos vários setores de trabalho. (IBGE, 1950, p.xii).

José Carlos de Macedo Soares, então presidente do IBGE, assim se pronunciava acerca dos objetivos desse Instituto:

Os rumos delineados pelos referidos estatutos subentendem uma atuação em duplo sentido: - o que se dirige à estrutura e ao aparelhamento material dos nossos sistemas estatísticos, compreendendo a melhoria das instalações e do maquinário, - e o que incide sobre os quadros do pessoal, visando o respectivo aperfeiçoamento, pela elevação do nível cultural do funcionalismo, principalmente no que respeita à especialização na carreira (Soares, 1940, p.3)

Macedo Soares ressaltava, também, a importância dos periódicos em geral na divulgação de saberes e no aperfeiçoamento profissional:

Poderoso fator de progresso da ciência e do desenvolvimento da técnica foi, sem dúvida, a multiplicação das revistas que, na segunda metade do século XIX e daí por diante, veicularam os ensinamentos da experiência e da doutrina, beneficiando por igual, com os resultados de uma e outra, à revelia das distâncias, os trabalhos de todas as especialidades e de todos os centros de atividade construtiva. (Soares, 1940, p.4).

Em janeiro de 1940 – apenas dois anos após a criação do IBGE – é publicado, no Rio de Janeiro, o primeiro número da Revista Brasileira de Estatística. Indicada como “Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística e da Sociedade Brasileira de Estatística”, a Revista propunha-se a divulgar informações sobre a

estatística brasileira e contribuir na formação dos profissionais da área. Afirmava-se que “dado o papel relevante da imprensa especializada no soerguimento do padrão mental dos obreiros da estatística, a publicação de uma revista de educação e propaganda estatística teria de ser o complemento lógico da ação cultural do Instituto” (Soares, 1940, p.4). Da publicação esperava-se que pudesse fazer chegar informação aos locais mais distantes dos centros políticos, podendo

enviar à legião dos profissionais, impedidos de visitar a sede da corporação a que pertencem, os estímulos de que carecem para se manterem à altura da penosa missão que lhes foi conferida e que não poderão exercer à revelia da cultura mínima exigível de um verdadeiro profissional (Soares, 1940, p.5).

Não há notícia sobre a tiragem – o que nos permitiria apreender o alcance de tal propaganda – mas em informe sobre a Sociedade Brasileira de Estatística publicado freqüentemente ao final do volume consta que “a REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA, órgão oficial da S.N.E., é remetida gratuitamente aos membros de seu quadro social” o que mostra a intenção proeminente de divulgação de idéias e ações aos profissionais da área.

A organização das seções⁴ permite apreender a maneira pela qual os objetivos pretendidos pelo periódico foram se configurando no interior da publicação durante o período investigado. Para além dos fins declarados quando de sua criação, quais sejam, de divulgar as iniciativas do órgão oficial da estatística e fornecer informações de interesse aos profissionais da estatística que se encontravam espalhados pelas diversas regiões do país, foi possível também perceber sua notável participação na afirmação da autonomia do campo estatístico. Esta característica se faz notar, sobretudo, pela presença de seções que contribuem para estabelecer uma *história do campo* e outras que buscam consolidar um *corpus de conhecimentos específicos* da área. Segundo Bourdieu

um dos índices mais seguros da constituição de um campo é [...] a aparição de um corpo de conservadores de vidas – os biógrafos – e de obras – os filólogos, os historiadores da arte e da literatura [...] todas essas pessoas compactuam com a conservação do que é produzido no campo, tendo interesse em conservar e se conservar conservando. (Bourdieu, 1980, p.91-92).

⁴ Além das seções citadas no corpo do texto (porque de maior relevância para a análise aqui empreendida) cabe mencionar a existência de outras duas no período examinado. A seção *A Estatística na América* ocupava-se da divulgação de materiais publicados originalmente pelo Instituto Inter-Americano de Estatística. Já a seção *Legislação* detinha-se na transcrição das Resoluções do Conselho Nacional de Estatística e, eventualmente, publicava ainda alguns decretos federais.

Há de fato, mais de uma seção da Revista cuja função consiste em “conservar vidas e obras”, a saber, a seção *Bibliografia*, que traz a indicação – por vezes acompanhada de uma breve resenha – de livros e periódicos nacionais e estrangeiros de interesse para a área; a seção *Vultos da Estatística Brasileira*, que traz a cada edição uma breve biografia – que ocupa em geral duas páginas – de figuras consideradas relevantes para o desenvolvimento da estatística no Brasil; e a seção *Óbitos, Necrológios* ou *Obituário* que, de maneira mais resumida do que a seção precedente, traz também a biografia de pessoas que atuaram na área. Interessa considerar com mais detalhes as duas últimas seções indicadas.

Vultos da Estatística Brasileira mantém-se com notória regularidade, trazendo a cada edição uma breve biografia, acompanhada de um retrato desenhado, de políticos, estudiosos e funcionários de órgãos de governo que deram alguma contribuição ao desenvolvimento da estatística nacional. Em sua maior parte brasileiros, esses indivíduos estiveram envolvidos em trabalhos, sobretudo demográficos, realizados no país desde o Império. Chama a atenção a quantidade de referências a pessoas que nasceram e atuaram no período anterior à República e, portanto, muito antes da criação do IBGE.

A Revista mencionava também com frequência o falecimento de pessoas que trabalharam pela estatística no país. Inicialmente tais notícias aparecem sem nenhum título; a partir de 1954 alternam-se as denominações: *Óbitos, Necrológios* ou *Obituário*. Tais referências, concernentes, sobretudo, àqueles que contribuíram para o desenvolvimento da estatística no Brasil – mas, em menor proporção, também no mundo, já que às vezes são noticiados falecimentos de estrangeiros –, embora mencionem eventualmente indivíduos de grande destaque (os quais, algumas vezes, são biografados também na seção *Vultos da Estatística Brasileira*), destina-se quase sempre a funcionários e estudiosos de menor expressão. Assim como a seção anterior, esta também constrói a idéia de uma comunidade ampla de pesquisadores, trabalhadores e defensores da estatística que na medida em que vão se sucedendo, deixam sua contribuição, explicitada na breve nota fúnebre publicada. Embora bem mais sucintas que as biografias divulgadas em *Vultos da Estatística Brasileira* estas notas trazem informações de igual teor. É de se considerar que uma das diferenças entre essas duas seções é a posição que ocupam na publicação: a seção *Vultos* figurava logo nas primeiras páginas da Revista, enquanto as notas fúnebres eram publicadas nas últimas; a primeira contava com três páginas inteiras destinadas ao biografado, enquanto a segunda dispunha de poucas linhas para cada falecido. Analogamente, considera-se aqui que é também a posição de destaque no próprio campo estatístico – em parte – o que diferencia os indivíduos que são mencionados em uma ou outra das seções.

Outra seção que contribui para construir uma imagem de tradição dos trabalhos estatísticos intitulava-se *De ontem e de hoje*. Nesta eram transcritos documentos e estudos antigos que davam mostras das realizações e das preocupações com a estatística brasileira no passado. Aqui novamente se percebe a presença significativa de referências ao período imperial, que reforçam mais uma vez a idéia

de que as atividades de estatística existiam já há bastante tempo. Tal estratégia busca criar a percepção da antiguidade do campo estatístico, aumentando sua força simbólica na medida em que procura afastá-lo do rol das novidades passageiras. A despeito de uma história da estatística brasileira marcada pela instabilidade e por grandes dificuldades em manter e aprofundar os esparsos esforços de organização de um sistema eficiente de coleta e tratamento dos dados demográficos, que só termina com a criação do IBGE, a Revista, buscando no século XIX os primórdios dos trabalhos nessa área e situando naquele século os pioneiros de tais iniciativas, contribui para fixar um relato que considera que a atividade estatística brasileira realizada na década de 1930 seria a consequência natural, em termos de evolução e progresso, dos esforços feitos já há mais de um século. Tal discurso remete, assim, ao que Bourdieu (1991) denomina de “ilusão retrospectiva da coerência reconstruída”. Mesmo que se tratasse de atividades dispersas e, em alguns casos, de pouquíssima relevância, ressaltá-las permite afastar a impressão de inexperiência – visto que o IBGE tinha sido criado recentemente – que constituía uma ameaça ao reconhecimento da legitimidade das ações no domínio da estatística realizadas naquele momento.

Já no que se refere ao estabelecimento de um *corpus* de conhecimentos específicos da área de estatística três seções se destacam: *Noções de metodologia*, *Estudos e Sugestões*, *Séries Estatísticas*. A primeira publica questões essencialmente técnicas que se afiguram como aulas de “estatística matemática” uma vez que divulgam métodos de tratamento dos dados numéricos. Já *Estudos e Sugestões* permite perceber a amplitude dos temas para os quais a estatística busca contribuir. Os artigos publicados nesta seção trazem propostas de como deveriam ser organizados os trabalhos estatísticos em áreas diversas que vão da educação à agricultura, passando pelas áreas policial-criminal e de saúde, entre outras. *Séries Estatísticas*, publicada apenas entre o primeiro e o oitavo número, trazia tabelas e gráficos sobre questões contabilizadas pelas estatísticas realizadas naquele período, sobretudo relacionadas ao movimento do registro civil e a produção mercantil.

A presença – que cresce significativamente entre o começo do período analisado e seu final – de artigos que tratam de questões específicas e de complexidade crescente acerca da atividade estatística é um forte indício de autonomização do campo estatístico. Nos primeiros anos, os artigos especializados dividem espaço com outros de caráter mais geral, que propõem o debate sobre as políticas de saúde ou sobre os rumos da educação nacional, por exemplo. Progressivamente essas discussões de interesse mais amplo desaparecem da publicação e o que aí se encontram são apenas temas específicos, com grande destaque para a divulgação e o debate das técnicas e métodos de tratamento de dados.

Quando não se trata de artigos de caráter técnico o que se tem são discussões políticas – é certo – mas voltadas claramente para as questões e disputas internas ao campo, como se verá adiante acerca das considerações sobre a formação do estatístico brasileiro. Se nos primeiros anos era possível que a publicação tivesse por

leitores – e também como colaboradores – pessoas cuja atuação principal fosse em outras áreas, com o tempo vai ficando cada vez mais improvável que a autoria dos artigos e a leitura da Revista se dê fora do meio estatístico. Para Bourdieu, esse distanciamento com relação aos problemas do espaço social mais amplo ou da esfera política evidencia uma maior autonomia do campo que, a partir de então, tem força para produzir exclusivamente para seus pares, que são ao mesmo tempo seus debatedores e concorrentes, obedecendo a leis que são específicas do campo científico. Segundo esse autor,

quanto mais um campo é heterônomo, mais a concorrência é imperfeita e é mais lícito para os agentes fazer intervir forças não-científicas nas lutas científicas. Ao contrário, quanto mais um campo é autônomo e próximo de uma concorrência pura e perfeita, mais a censura é puramente científica e exclui a intervenção de forças puramente sociais (argumento de autoridade, sanções de carreira etc.) e as pressões sociais assumem a forma de pressões lógicas, e reciprocamente: para se fazer valer aí, é preciso fazer valer razões, para aí triunfar, é preciso fazer triunfar argumentos, demonstrações e refutações (Bourdieu, 2004, p.32).

É interessante mencionar também a seção *Resenha* que, assumindo um formato claramente jornalístico – já que as notícias aí estão dispostas como num jornal diário – incorpora com mais notoriedade a função, anunciada entre os objetivos da publicação, de propriamente divulgar com regularidade as realizações e avanços da área. Esta seção apresenta principalmente informações sobre as atividades desenvolvidas pelo IBGE e pelo Conselho Nacional de Estatística. São comuns longas descrições de solenidades e comemorações e, muitas vezes, inclusive, são transcritos os discursos nelas proferidos, ou parte destes. Há freqüentemente fotos dos eventos noticiados que ora mostram as celebridades proferindo seus discursos, ora o público que assistia e participava das comemorações.

Outra seção com características semelhantes a estas é *Informações Gerais* que, dividindo-se em informações sobre o Brasil e sobre o estrangeiro, também trazia notícias sobre as atividades estatísticas. A diferença entre esta e a seção precedente é principalmente o fato de que em *Informações Gerais* as notícias eram significativamente mais breves e assumiam uma feição mais técnica, dispensando a forma jornalística clássica. O que é interessante em ambas, no entanto, é a construção de um espaço de visibilidade das ações realizadas pelos órgãos da estatística oficial.

Essas seções, mas sobretudo *Resenha*, ao mesmo tempo em que permitem divulgar o que tem sido feito – e sem dúvida é esse objetivo que determina a escolha de uma apresentação que se assemelha ao formato familiar da notícia de jornal –, valorizam a importância de tais atividades e veiculam uma imagem (nas fotos, mas também nos relatos) da área que dá a idéia de grandes progressos, inclusive porque mesmo o menor dos fatos é noticiado. Mesmo que não houvesse muita coisa a se dizer, a opção por transcrever os discursos e também a inclusão das fotos, por exemplo, tornava a seção bastante extensa e contribuía para consolidar uma imagem

promissora da estatística. Entre as questões noticiadas na seção Resenha, sobretudo a partir do final da década de 1940, são bastante recorrentes artigos que discutem a formação do estatístico, informando frequentemente sobre cursos e outras iniciativas de divulgação do conhecimento estatístico e de profissionalização desse domínio. Este será o objeto da análise que se segue.

A FORMAÇÃO DO ESTATÍSTICO BRASILEIRO

Nas primeiras décadas do século XX, não havia ainda no Brasil uma formação específica destinada aos profissionais que realizavam trabalhos na área de estatística. No entanto, a análise interna à *Revista Brasileira de Estatística* mostrou que essa era uma temática que ganhava, pouco a pouco, destaque entre as preocupações expressas na publicação. A idéia de que qualquer um pudesse realizar tais atividades certamente enfraquecia o intento de afirmação da profissão e do próprio campo estatístico. Sérgio Miceli (1979) ressalta que, nos anos 30 e 40, os postos parlamentares, os cargos dos órgãos públicos e o magistério superior no Brasil eram ocupados por intelectuais oriundos das poucas Faculdades de Direito e das Escolas Politécnicas.

Assim, eram os diplomados naquelas instituições que, no período indicado, contavam com preparo teórico e *status* tal que lhes favorecia a atuação no campo político, mas também eram eles que, devido ao acesso às obras clássicas de referência e pela maior familiaridade com a atividade intelectual, tinham condições de produzir conhecimentos. O que Miceli explicita é o fato de que a definição de alguns dos espaços de atividade intelectual esteve relacionada antes às prerrogativas do Estado, assim como a vinculação dos próprios intelectuais a áreas de saber muitas vezes deveu-se menos a inclinações de gosto e decisivamente à sua alocação inicial nos quadros burocráticos. A formação acadêmica não tinha ainda diferenciações tais que distribuísse profissionais para áreas específicas e o ingresso na alta burocracia dava-se quase sempre por indicação política onde houvesse algum posto vago independentemente da área.

No campo estatístico houve um processo de especialização que precedeu ao de vários outros domínios profissionais, devido à especificidade dos saberes requeridos para atuação nesse espaço. Porém, mesmo assim, a formação não necessariamente passava pelo sistema educacional. Miceli identifica

a abertura de cargos especializados – técnicos de educação, de organização, assistentes e ajudantes técnicos, etc – que são preenchidos pelos detentores de uma competência estrita em campos do conhecimento que a essa altura não dispunham de um mercado de trabalho próprio. (Miceli, 1979, p.157).

Esse era o caso de “economistas, estatísticos, geólogos, cientistas sociais, educadores que, muitas vezes, ingressam nos escalões inferiores do setor público mas que de algum modo fazem valer sua presença e ascendem na hierarquia graças à raridade de suas qualificações” (Miceli, 1979, p.157). Teixeira de Freitas, que foi diretor da *Revista Brasileira de Estatística* entre 1940 e 1951, exemplifica bem esta situação. Sua carreira desenvolveu-se inteiramente no âmbito estatal, onde inclusive aprendeu as técnicas e procedimentos estatísticos. Em 1908, diplomado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro ingressou na Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Viação como funcionário concursado. Nesse órgão começou a desenvolver trabalhos e estudos quantitativos e, em 1920, reconhecido por seu desempenho profissional, foi convidado para ser Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais. Concluídos os trabalhos censitários o próprio governo mineiro convidou-o a elaborar e conduzir a atividade de estruturação da estatística estadual. Em 1930, após a mudança política pela qual passou o Brasil, foi então convidado pelo governo Vargas a participar da organização do Ministério da Educação e do IBGE.

O período analisado na Revista mostra o interesse crescente na superação deste tipo de percurso profissional. Encontra-se aí a defesa da necessidade de uma formação mais específica dos profissionais, feita em cursos adequados a este fim. Milton da Silva Rodrigues⁵, que foi professor da Universidade de São Paulo e consultor técnico do Conselho Nacional de Estatística, ressaltava as especificidades da atividade profissional do estatístico e indicava a existência, naquele momento, de dois caminhos de formação. Um deles, que o autor denomina de “formação acadêmica”, seria percorrido de forma sistemática “por meio de cursos acadêmicos regulares e integrados” (Rodrigues, 1946, p.251). O outro, referido como “formação em serviço”, trata-se de “uma sucessão de pequenos cursos, que tanto podem realizar-se em ambiente acadêmico como no dos serviços de estatística e, ao contrário dos primeiros, são destinados sempre a pessoas que já se acham no exercício efetivo de atividades estatísticas” (Rodrigues, 1946, p.251).

A formação em serviço era a opção possível frente à falta de qualificação generalizada. Tal preocupação fica evidente, por exemplo, em artigo que informa a realização de curso de aperfeiçoamento para trabalhadores dos sistemas regionais do IBGE, “visando assegurar a elevação do nível técnico-profissional do funcionalismo estadual de estatística”⁶. São também comuns os artigos que noticiam cursos de difusão dos conhecimentos estatísticos, nem todos para pessoas que atuavam na área. Havia, à parte a preocupação em capacitar aqueles que realizavam os levantamentos

⁵ Embora a maior parte dos artigos analisados que tratam da formação do estatístico fossem sucintos e não indicassem autoria, há alguns textos de Milton da Silva Rodrigues bastante elucidativos quanto à situação existente naquele momento no tocante aos cursos de estatísticas. Nessas ocasiões, o autor expressa sua opinião e faz sugestões quanto à questão que, por estarem acompanhadas de argumentos explicativos, muito contribuíram para a análise aqui desenvolvida.

⁶ Curso de aperfeiçoamento de 1941. *Revista Brasileira de Estatística*, n.7, 1941, p.755.

e os cálculos, também o interesse de difundir a importância desses conhecimentos em outros domínios. Em 1951, noticia-se que a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência promovera mais um curso de Estatística Matemática, “dando continuidade ao seu programa de difusão dos conhecimentos científicos”⁷. Há também informação de cursos de estatísticas para engenheiros, funcionários do Banco do Brasil e para professores. Quanto aos últimos, há notícia de cursos de férias promovidos pela Associação Brasileira de Educação (ABE) onde, entre outros temas, os docentes tomavam conhecimento das questões concernentes à estatística – e não apenas à estatística educacional – através de palestras e visitas ao IBGE.

A divulgação dos conhecimentos e dos trabalhos realizados visava em parte informar a população em geral e ensinar-lhe procedimentos que se imaginava, naquele momento, imprescindíveis em face da modernidade que se anunciava ao país. Pensava-se que em pouco tempo a estatística estaria distribuída por todos os domínios sociais e que, portanto, qualquer pessoa precisaria saber lidar com esse tipo de informação. No entanto, é preciso reconhecer que era a própria intenção de disseminar as iniciativas da área estatística que levava à sua mais ampla divulgação, já que é claro que se as pessoas não a conhecessem e não soubessem de sua relevância, dificilmente a estatística ocuparia todos os espaços da sociedade como se esperava que fizesse.

Assim, ao disseminá-la tinha-se como intenção contribuir também para consolidar sua importância e permitir o reconhecimento do campo profissional do estatístico. É certo que a estratégia de divulgação de conhecimentos específicos para um público amplo traz inegáveis lucros simbólicos que são convertidos em reforço de legitimidade do campo. Tais lucros pouco estão relacionados, de fato, ao esclarecimento da população quanto aos procedimentos científicos. Bourdieu ressalta que

a retórica da “demanda social” que se impõe, particularmente numa instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e expectativas de tal ou qual categoria de “clientes” [...], ou mesmo em ganhar assim seu apoio, do que de assegurar uma forma particularmente indiscutível de legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica. (Bourdieu, 2004, p.47).

Na década de 1940, a formação pensada para o estatístico, de acordo com as informações presentes na Revista, seria oferecida ou através de cursos destinados àqueles que já realizavam o ofício, conforme mencionado anteriormente, ou, em outros casos, tinha a feição de uma “especialização em análise estatística”, freqüentada por pessoas formadas em nível superior em áreas de aplicação das

⁷ Curso de estatística matemática. *Revista Brasileira de Estatística*, n.47, 1951, p.369

técnicas estatísticas – como a área de educação, saúde, engenharia etc. A continuidade desta especialização deveria ser feita em cursos de doutoramento que, porém, ainda não existiam no país. Na opinião de Rodrigues não estávamos “no Brasil, em condições de estabelecer cursos regulares e permanentes para ministrar tal formação, pelo simples motivo que, se os fundássemos, provavelmente eles ficariam sem alunos” (Rodrigues, 1946, p.253). O autor indicava, então, sua opinião sobre o caminho a ser seguido: “Por enquanto, os poucos que dêles necessitam é melhor que os sigam em algum outro país” (Rodrigues, 1946, p.253). Considerava-se que o aprofundamento da formação desses profissionais só seria possível fora do Brasil, em países que já tinham avançado nas formulações dessa área. Há, de fato, algumas notícias na Revista sobre bolsas de estudos oferecidas para cursos no exterior e estágios realizados por funcionários do IBGE em escritórios de estatística no estrangeiro, sendo que os países de referência eram quase sempre os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha.

A alternativa de uma especialização estatística para profissionais de áreas de aplicação desses conhecimentos definia uma subordinação daquela área a essas, o que estava longe de agradar num momento em que os esforços voltavam-se para a consolidação de um maior prestígio da estatística. É ainda Rodrigues que, retomando esta discussão, esforça-se em destacar a necessidade de se diferenciar profissionais dotados de conhecimentos estatísticos, porém originalmente de áreas como saúde, indústria, agricultura, educação, engenharia etc, dos especialistas - o estatístico matemático. De acordo com o autor, nos cursos superiores em cujas grades curriculares constavam aulas de estatística, esta “não possui outro papel senão o de fornecer algumas técnicas básicas, permanecendo o fato de que é um outro assunto aquêle que constitui o interesse principal do estudante e da profissão por êle escolhida” (Rodrigues, 1947, p.251). O autor afirma, então, que “nestas condições, é evidente que a proporção de aulas dedicadas ao estudo da Estatística é sempre pequena e, por isso mesmo, insuficiente para formar o técnico em Estatística” (Rodrigues, 1947, p.251-252).

Embora Rodrigues apontasse como única solução possível para a formação do “técnico” em estatística, naquele momento, a realização de um doutorado no exterior e reclamasse a necessidade de cursos de especialização em nível de pós-graduação para aqueles formados em outras áreas e que deveriam trabalhar em colaboração com os primeiros, a solução seguida pelo país vai em outra direção. Na década de 1950, o campo estatístico já possuía significativa autonomia e os trabalhos produzidos nessa área gozavam de grande legitimidade social, de modo que a próxima etapa – ao mesmo tempo necessária e já então possível – era a criação de um curso específico de formação de estatístico que, criando um diploma, consolidasse a especificidade da disciplina e limitasse a entrada no campo. É efetivamente nesse período que se forma no país o primeiro curso superior de estatística.

Assim, em 1953 foi criada, sob responsabilidade do IBGE, a Escola Brasileira de Estatística⁸, com a atribuição de manter os seguintes cursos:

- a) de formação universitária, com duração de quatro anos;
- b) de aperfeiçoamento, com o objetivo de rever e desenvolver a matéria ensinada no curso de formação;
- c) de especialização, destinados a aprofundar os conhecimentos técnicos ou científicos [...];
- d) livres, destinados à formação de Agentes Municipais de Estatística ou de outras categorias auxiliares [...]⁹.

Maurício Filchtiner, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, em declaração à imprensa, assim se referiu à necessidade de criação da referida escola:

Ocorre que, nestes últimos anos, poucos ramos de atividade científica tiveram maior expansão que a Estatística, dada a sua imediata aplicabilidade à Demografia, à Sociologia, à Economia, à Física, à Medicina, ao controle da produção industrial, à Administração etc. Isso determinou o aperfeiçoamento de técnicas, a elaboração de modelos, a racionalização de métodos – novas conquistas, em suma, que vão tornando mais complexa a formação de estatísticos, tarefa essa que exige anos de contínuos e bem orientados estudos, em que se verifique perfeito equilíbrio entre o ensino teórico e a aplicação prática¹⁰.

O que está efetivamente em jogo, nesse caso, é o monopólio da imposição da definição legítima dos limites do campo. Afinal, quem pode ser considerado estatístico? No momento em que se cria um curso superior que confere diploma de estatístico a quem o conclui essa pergunta passa a ter resposta simples. Se antes esse podia ser um ponto de disputa, a criação do curso superior dá mostras do poder concentrado nesse jogo. Ora, como o curso foi organizado pelo IBGE, o que está nas mãos desse órgão, não é apenas a concessão de um diploma que permite a entrada no campo, mas a própria definição dos conhecimentos que comportam a formação desse profissional e os atributos da profissão. De acordo com Bourdieu,

uma das propriedades mais características de um campo é o grau de institucionalização de seus limites, ou seja, mais precisamente, o grau em que seus limites dinâmicos, que se estendem tanto quanto se estende o poder de seus efeitos, são convertidos em uma fronteira de direito, protegida por um direito de entrada explicitamente codificado, tal

⁸ Em 1954 a instituição teve sua denominação alterada para Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

⁹ Escola Brasileira de Estatística. Revista Brasileira de Estatística, n.53, 1953, p.87.

¹⁰ Escola Brasileira de Estatística. Revista Brasileira de Estatística, n.53, 1953, p.88.

como a posseção de títulos escolares, a aprovação em concursos etc., ou por medidas de exclusão e de discriminação tais como as leis que visam a assegurar um *numerus clausus*. Um alto grau de codificação de entrada no jogo vai de par com a existência de uma regra do jogo explícita e de um consenso mínimo sobre esta regra; ao contrário, a um grau de codificação fraco, correspondem estados do campo em que a regra do jogo está em jogo no jogo. (Bourdieu, 1991, p.15).

Contudo, apesar da crescente institucionalização do campo, sua relação com outros campos (no caso, o campo burocrático e o campo do poder) não estava livre de contratempos como evidencia um evento noticiado no período, cuja questão gira exatamente em torno do poder de nomeação ou, dito de outro modo, no reconhecimento da profissão de estatístico. Pouco tempo depois da criação da Escola Brasileira de Estatística é publicado no periódico um manifesto de repúdio redigido pela congregação daquela escola que permite apreciar o movimento de afirmação do campo estatístico que se desenvolvia naquele momento. Na Câmara dos Deputados estava em tramitação um projeto de reclassificação dos funcionários civis da União em que o estatístico aparecia no mesmo nível que os datilógrafos e escafandristas. Aparece na Revista, em mais de um artigo, a forte reação contrária da área no que diz respeito a essa equiparação. Afirmava-se no referido documento – não por acaso transcrito no periódico – que

quem, por dever de ofício, se acha familiarizado com a formação intelectual de estatístico e com as complexas responsabilidades que lhes incumbem no mundo moderno [...] estranha e lamenta verdadeiramente contristado, que um plano de classificação de cargos do serviço público federal, num país que se ufana da sua adiantada cultura, como o Brasil, se equipare um estatístico àqueles que exercem atividades concernentes à cinematografia, fotografia, traduções, criptografia, dactiloscopia e escafandria, tal como se observa no projeto que, oriundo do Poder Executivo, tomou na Câmara dos Deputados, o n.º 4 844/1954¹¹.

Causava indignação a equiparação do estatístico, que há pouco havia se tornado um profissional de formação em nível superior, com profissionais cujas funções técnicas não exigiam preparo intelectual aprofundado. É significativo que o título dado ao artigo que transcrevia o referido documento fosse “A formação do estatístico brasileiro”, porque era esse o principal ponto de apoio da manifestação contrária ao referido projeto. Atribuía-se tal nivelamento à “incompreensão do papel da Estatística” que levava à consideração de que sua atividade estava restrita a uma compilação mecânica de números que dispensaria qualquer raciocínio mais elaborado. Este equívoco era o que permitia, ainda de acordo com o documento, que se comparasse o estatístico com “um amanuense machadiano, a quem se não exige mais do que somar, diminuir, multiplicar e dividir, além de possuir bom tipo de letra

¹¹ A formação do estatístico brasileiro. Revista Brasileira de Estatística, n.61, 1955, p.65.

e paciência beneditina no traçado de tabelas”¹². A argumentação prosseguia ressaltando a complexidade da formação dos estatísticos brasileiros decorrente, conforme se procurava demonstrar, das responsabilidades engendradas pela atividade profissional que deveriam exercer. Assim, seguia com a descrição da grade curricular do curso superior de formação de estatísticos e, inclusive, indicavam-se os elevados índices de reprovação e desistência como evidência do rigor e qualidade do curso. Afirmava-se que a “formação técnico-científica do estatístico constitui empreendimento dos mais árduos, não sendo justo, portanto, que um bacharel em Ciências Estatísticas tenha, no serviço público, a mesma categoria de um fotógrafo ou cinematografista”¹³. O que estava em questão, de fato, era o estatuto científico pretendido para a estatística e, por isso, não se podia aceitar a equiparação do estatístico com profissionais de nível técnico, e não de formação científica, como se afirmava ser o preparo profissional dos estatísticos.

Cabe, por fim, ressaltar que, como universo dinâmico, o campo está constantemente imbricado nos conflitos de definição. Desse modo, se se considera o quadro analítico aqui utilizado, é preciso renunciar à tentação de pensar uma disciplina ou uma área profissional como um acúmulo progressivo de saberes – e poderes – que garantiria, depois de um certo ponto, de uma vez por todas, sua legitimidade. Essa legitimidade está constantemente posta em jogo seja pelas pressões externas, seja nas disputas internas. Isso não é diferente quando se trata do campo científico. Assim, se é verdade que o campo é o lugar de uma luta pela definição dos limites do próprio campo – e, por extensão, no caso que aqui interessa, de definição do que seja a profissão de estatístico, por exemplo – também é verdade que não existe definição universal quanto a isso e que a análise do campo num dado momento não encontra nunca mais do que definições que correspondem a um estado de luta pela imposição da definição legítima do campo examinado e de seus limites. Portanto, o que aqui se buscou foi apenas delinear algumas das tensões importantes no momento de estruturação do campo estatístico no Brasil para, de um lado, fornecer pistas que ajudem a compreender e melhor situar os debates presentes nesse campo e, de outro, exemplificar algumas das possibilidades de investigação a partir da imprensa especializada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de sociologia*. Ed Marco Zero, 1980. p.89-94.

12 A formação do estatístico brasileiro. Revista Brasileira de Estatística, n.61, 1955, p.66.

13 A formação do estatístico brasileiro. Revista Brasileira de Estatística, n.61, 1955, p.67.

BOURDIEU, Pierre. Le champ littéraire. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n.89, p.3-46, 1991.

BOURDIEU, Pierre. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et sociétés*, Montreal, vol.VII, n.1, p.91-118, mai. 1975.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CURSO de aperfeiçoamento de 1941. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.7, p. 755-758, jan.-mar. 1941.

CURSO de estatística matemática. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.47, p. 369-370, jul.-set. 1951.

CURSO de férias da Associação Brasileira de Educação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.7, p.183-184, jan.-mar. 1941.

CURSO de férias da Associação Brasileira de Educação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.9, p.217-218, jan.-mar. 1942.

CURSO de férias. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.1, p.184, jan.-mar. 1940.

ESCOLA Brasileira de Estatística. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.53, p.87-88, jan.-mar. 1953.

MICELI, Sérgio *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. Rio de Janeiro: IBGE, n. 1-100, 1940-1964.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. A formação do estatístico brasileiro. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.61, p.65-68, jan.-mar. 1955.

RODRIGUES, Milton da Silva. A formação do estatístico. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.26, p.245-254, abr.-jun. 1946.

RODRIGUES, Milton da Silva. Breve notícia sobre o ensino da estatística no Brasil. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.30-31, p.249-254, abr.-set. 1947.

SOARES, José Carlos de Macedo. Palavras de apresentação. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, n.1, p.3-6, jan.-mar. 1940.

SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara. A Imprensa Periódica Educacional e as Fontes para a História da Cultura Escolar Brasileira. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n.37, p.177-183, 1994.

